

# Memórias do Movimento Comunitário



Ministério  
da Cultura





## Índice

Apresentação.....	3
Década de 1950: Expansão das cidades e início da organização.....	5
Década de 1960: A Repressão.....	7
Década de 1970: Resistência e Movimento Contra a Carestia.....	10
Década de 1980: Redemocratização, criação da CONAM e conquistas....	13
Década de 1990: Os anos neoliberais.....	16
Movimento Comunitário hoje.....	18

### Expediente

Presidente da Conam: Bartíria Perpétua;

Diretor de Comunicação: Wanderlei Gomes da Silva;

Entrevista: Aldenora Gonzalez;

Edição: Renata Mielli

Projeto Gráfico: Circus Serviços Gráficos

Diagramação: Vandré Fernandes

Conam: Confederação Nacional das Associações de Moradores

Rua Prof. Sebastião Soares de Farias, 27 - 5º andar - salas 54/55 Bela Vista - São Paulo - SP

- CEP: 01317-010 - Fone/Fax: (11) 3276-3233 / 3208-0220 / 3209-9623

Correio Eletrônico: conambrasil@hotmail.com, Internet: www.conam.org.br

Tiragem: 12.000



A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) foi fundada no dia 17 de janeiro de 1982. Nestes 29 anos, esteve presente no movimento nacional popular e comunitário para impulsionar a luta por moradia digna, saneamento básico e infraestrutura social nos bairros, com vistas à inclusão e redução da violência e defesa de direitos fundamentais como acesso à saúde e educação.

Para isso, a entidade tem contribuído na organização dos movimentos, estimulando a fundação das federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares, instrumentos ativos e dinâmicos da organização popular.

A CONAM é herdeira de uma luta popular que vem impulsionando gerações há décadas. Pessoas que – inconformadas com a miséria, com as injustiças sociais e com a falta de democracia – dedicaram suas vidas à luta pela igualdade.

Gente humilde que abraçou a causa de suas comunidades, que promoveu mobilizações e alcançou conquistas para ampliar a qualidade de vida.

Para contar um pouco da história deste movimento, a CONAM desenvolveu o projeto *Memórias do Movimento Comunitário*, que reúne entrevistas de lideranças de várias partes do País, contando suas experiências de luta.

Boa leitura!

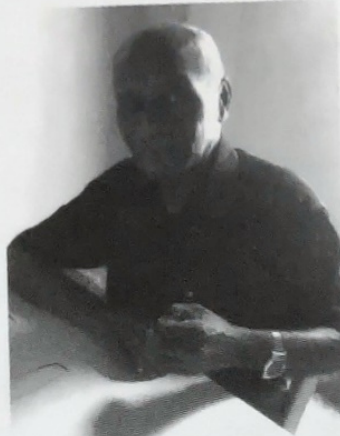
*Bartíria Perpétua*  
Presidente da CONAM



# MOMENTOS HISTÓRICOS E ALGUMAS LIDERANÇAS POPULARES



Inácio Arruda



João da Cruz



Elson



Francimar



Alanir



Paulão



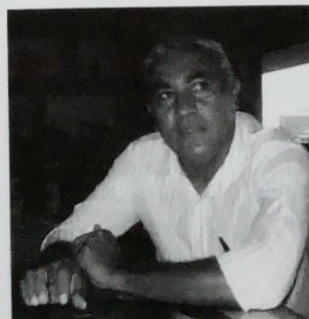
Marília



Adenir, Augusto e Lucia



Dilcéia



Valdo



Antonia



Lurdinha



Chico







## Década de 1950

### EXPANSÃO DAS CIDADES E INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO

O Brasil viveu um intenso período de industrialização e urbanização a partir da década de 50. O governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954) deu impulso à economia nacional e fortaleceu a presença do Estado em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento. O movimento social ganhou impulso, protagonizado por campanhas como “O Petróleo é Nosso” que culminou na criação da Petrobras.

Esse processo de industrialização acelerou a migração do campo para as cidades, fazendo surgir um expressivo contingente de trabalhadores urbanos. Apesar da expansão econômica, as cidades não estavam preparadas para

receber esses novos moradores, que se estabeleciam em áreas afastadas e em condições precárias. Essas pessoas passaram a exigir melhores condições de trabalho, moradia, transporte e direitos sociais, o que resultou na formação de entidades de trabalhadores e associações de moradia que organizaram e expressaram essa luta.

A trajetória de luta de Ana Martins, liderança popular de São Paulo, que foi vereadora da Capital Paulista e deputada estadual, começou nesta época.

*“Em 1954, eu era uma adolescente, tinha saído da roça e me chamou muita atenção a greve dos motoristas. Eu estava*



no primário, de manhã, depois ia pra casa, almoçava rápido e ia pra uma oficina de bordado quase no centro da cidade. Teve a greve e a gente não podia sair. Não tinha ônibus, não tinha bonde. Então, tinha os caminhões do exército levando o pessoal. Um dia, passando a pé em frente à faculdade de medicina, tinha uma grande assembleia e eu ouvi um zunido forte e cheguei perto pra ouvir. Eram os estudantes defendendo “O petróleo é nosso”, 1954. Isso também me chamou a atenção, porque eu vi ali alguma coisa de luta, e meu pai — mesmo sendo um homem pouco estudado — falava em casa que gostava do lema dos comunistas: “na casa deste homem, quem não trabalha não come”. Ele dizia que um dia nós iríamos ter uma sociedade em que não haveria os que ficariam de braços cruzados e vivendo do trabalho dos outros, mas que todos iriam trabalhar e viver do trabalho. Ele dizia, também, que um dia nós conquistaríamos o comunismo e que no comunismo, os trabalhadores seriam valorizados. Ele foi um lutador, lá na zona rural onde nós fomos criados, ele participou de várias lutas. Ele desenvolveu três vezes a luta pela escola, porque não existia escola. E por incrível que pareça, quando conquistamos a escola, eu tinha oito anos, eu não fui pra escola, porque privilegiou os maiores de dez e eu fiquei fora. Ele não lutou por escola pra ele. Fez abaixo assinado, correu de roça em roça, de plantador em plantador. Ele se juntou com as doze famílias de japoneses e construiu duas salas de aula. Chamava-se “Escola Mista da Fazenda São Joaquim”.

Com 19 anos, já em 1959, Ana Martins foi convidada para participar de um seminário que discutiu com a

população o papel das “sociedades amigos de bairro”.

*“Eu fui participar e gostei. O pessoal da EMPLASA me deu algum material sobre essa questão da associação de bairro. Foi o primeiro evento que eu participei de associações de bairro”.*

Naquela época, segundo Ana, tinha-se informação da existência de uma ou outra associação de moradores que já eram bem ativas. Ela lembra que em 1957 a sociedade amiga de Aê Carvalho, fez uma grande luta de transporte.

*“Queimou vinte ônibus, por conta do mau transporte. E eles conquistaram um transporte da CMTC de qualidade. Tanto é que muita gente escolhia aquele bairro pra morar”.*



Aldenora entrevista Ana Martins, em São Paulo





## Década de 1960

### A REPRESSÃO

No início dos anos 60, os movimentos sociais e de trabalhadores tinham ganhado grande relevância. O governo de João Goulart tinha o compromisso de fazer as reformas de base e dialogava com as lideranças sociais da época, por isso, foi acusado de estar incentivando o comunismo. Os setores conservadores – aliados aos militares – tomaram o poder através de um golpe na madrugada de 31 de março de 1964. Iniciava-se no Brasil uma ditadura militar que duraria 30 anos.

O movimento comunitário e popular sentiu duramente o golpe.

Waldemar Almeida de Oliveira, carinhosamente conhecido como Vavá, nasceu na cidade de Salvador em 1944. Era jovem quando o Brasil passou a ser uma ditadura.

*“O movimento estava muito esfacelado, a*

*comunidade estava muito abandonada e nós, os jovens, fomos responsáveis pela reestruturação da entidade de bairro que foi desarticulada pela ditadura. Procuramos recuperar a documentação, tivemos muita dificuldade para identificar e localizar os antigos líderes comunitários – que estavam muito arredios, a grande maioria tinha se afastado do movimento comunitário. Nós começamos a recompor algumas entidades que estavam inativas e criamos novas entidades, foi dessa forma que se iniciou a minha participação, a princípio na Associação da Fazenda Grande e depois na fundação da Federação das Associações de Bairros de Salvador - FABS”.*

O retrato do bairro onde morava era similar ao de tantos outros em grandes cidades brasileiras naquele período:

*“Nosso bairro, a Fazenda Grande, era muito sofrido. Lá não tinha asfalto, era estrada de barro. Tinha apenas dois ônibus, quando*



quebrava a gente tinha que caminhar a pé e descer a ladeira do Retiro – que era muito escorregadia – pra pegar um bonde. Lá não tinha saúde, segurança. A escola era muito precária. Então foi esse conjunto todo que me motivou a participar mais ativamente assumindo um cargo de presidente da Associação de Moradores”.

Vavá explica que para fortalecer as associações de bairro que existiam na cidade era necessária mais unidade e articulação:

“Como o movimento estava bastante desarticulado, nós começamos discutindo a criação de uma entidade unificadora em todos os bairros. A cada domingo, a gente ia pra determinado bairro, passava o dia todo, tinha almoço, lanche e faziam-se as reuniões para discutir os problemas do bairro. Depois, nós discutíamos os problemas da cidade e a forma de organização, porque tinha o estatuto mais não estávamos organizados, estávamos no “zero”. Naquela época, existia a COPEB - Coordenação de Presidentes de Bairros, que só reunia os presidentes. Eles eram monitorados, manipulados e nós queríamos algo maior, menos comprometido com a estrutura governamental, levamos um tempo pra fundar a FABS, fomos construindo o estatuto bem devagar, cada artigo do estatuto foi muito bem estudado e aí convocamos o congresso da Federação”.

A Federação das Associações de Bairro de Salvador foi fundada por sete associações. Em pouco tempo passou a representar 13.

“Eu acho que o meu papel mais relevante na construção do movimento foi ter ajudado na construção da FABS. Eu me identifiquei muito, tirei como prioridade a FABS, eu e alguns companheiros, e foi graças a essa dedicação que nós conseguimos com toda dificuldade, mesmo

sendo acusados de que eramos comunistas, de esquerda, lutando com todas aquelas reservas que tínhamos, nós conseguimos criar a FABS e torná-la uma entidade respeitada, com credibilidade na representação das associações”.

Naquele período, um desafio do movimento era fazer com que suas reivindicações chegassem aos prefeitos, governadores e parlamentares, uma vez que a organização social estava proibida.

“Nós lutávamos pelo respeito das associações de moradores. No período ditatorial a gente não tinha nenhuma independência, nós não conseguíamos nem uma reunião do dirigente com prefeito, vereador ou deputado. Então, a primeira luta foi pela independência do movimento comunitário, fazendo com que a própria entidade tivesse o seu espaço garantido, esse era o objetivo primordial”.

Esse reconhecimento das entidades era necessário para que as reivindicações do movimento pudessem ser ouvidas.

“Vivíamos numa cidade profundamente marcada por uma série de necessidades, alguns bairros não tinham água encanada, nos que tinham era muito precária. Também não havia serviços de transporte, segurança, saúde, energia, educação, lazer. Nós vivíamos numa repressão muito grande por conta do período militar. Foram muitos os processos de ocupações que ocorreram aqui. Eu fui preso 2 vezes na defesa da luta. Nós da FABS nos orgulhamos de ter garantido milhares de casas pra esses companheiros que não tinham habitação”.

No mesmo período, Agripino Batista de Oliveira, que nasceu em Campina Grande/PB, começava sua participação na Sociedade Amigos de Bairro, que



participação direta ou indireta da Igreja.

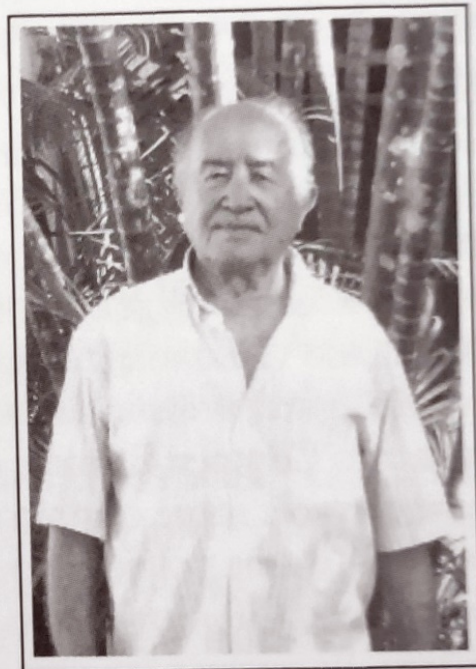
*“Fundamos a Sociedade de Amigos de Bairros para ajudar os humildes, os mais sacrificados. Juntou ali a irmã Ângela Beleza, a doutora Lindaura Pereira, Antonio Soares e eu para fundamos uma SAB. A irmã Ângela Beleza fundou em Campina Grande um trabalho do serviço social e quando ela fundou esse trabalho, ela me convidou para participar. A gente pegava as moças do serviço social e botava pra trabalhar nas SABS e cada SAB tinha duas ou três estagiárias que iam aprendendo e ensinando ao mesmo tempo e o trabalho foi crescendo. Esta SAB funcionava dentro da paróquia e teve que fundar uma sociedade de bairro, aí fundou a SAB José Pinheiro no dia 12 de março de 1963”.*

Como tantos outros ativistas sociais, Agripino entrou na luta levado por lideranças sociais já referenciadas na localidade:

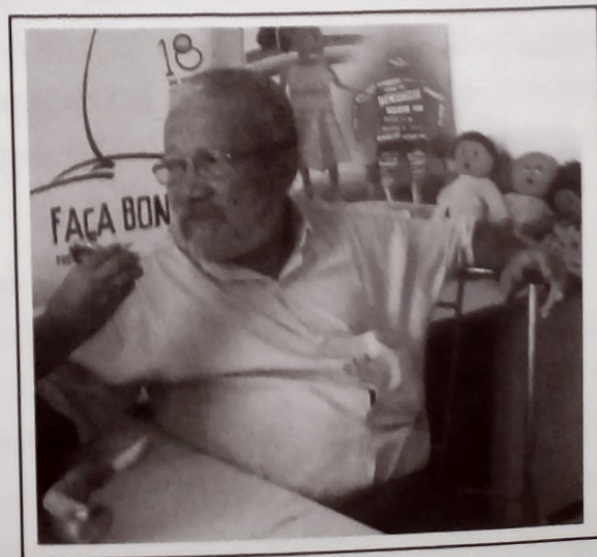
*“Eu entrei nessa luta porque o Antonio Soares era meu amigo e compadre e insistiu muito para eu entrar no trabalho. Eu ficava vacilando um pouco, não acreditava mesmo, mas terminei abraçando o trabalho. Começamos na casa paroquial, depois minha participação aumentou quando eu fui candidato a vereador. Eu fiquei na 2ª suplência, aí o doutor Antonio Peba era o 1º suplente e veio a tomada de governo em 64 e caçaram o vereador. Então, com a saída dele eu entrei na Câmara e fiquei por 3 anos. Com isso eu fiz mais amizade com o povo e procurei trabalhar em benefício do povo. Nós marcávamos as reuniões durante a noite e convocava o povo através de serviço de som, dizendo o que a gente ia discutir e dessa maneira o povo comparecia, porque naquela época o povo acreditava muito no homem, hoje a coisa tá diferente, o homem promete 100 e não faz 99”.*

Dilcéia Quintela, iniciou sua militância na década de 60, no Grupo de Jovens e de Catequistas da Igreja Católica de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

*“A Região que eu morava (Belford Roxo) é cercada por três grandes rios. A luta pela drenagem dos rios e pelo saneamento básico sempre foi a principal reivindicação dos moradores. A região também era carente de escolas, postos de saúde, hospitais”.*



Agripino Batista de Oliveira



Waldemar Almeida de Oliveira, o Vavá





## Década de 1970

### RESISTÊNCIA E MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

No início dos anos 70, o recrudescimento da ditadura militar limitava ainda mais a organização popular, mas o clamor pelo retorno de democracia desafiava os porões do regime autoritário. Foram pipocando várias manifestações e movimentos, entre os quais destaca-se o Movimento Contra a Carestia, que reivindicava controle sobre os preços, aumento salarial e uma política nacional de emprego e renda. O movimento reuniu milhões de pessoas em todo o Brasil e mostrava o descontentamento da sociedade com o regime militar.

Ana Martins protagonizou esse movimento em São Paulo. Iniciado em 1973, foi se estruturando, pela liderança das mulheres que ocupavam o pelotão de frente das mobilizações.

*“Nós organizamos clubes de mães na Zona Sul e depois veio pra Zona Leste. E esses clubes de mães faziam primeiro uma pesquisa. Íamos de casa em casa perguntar o que a mulher fazia com o salário que ganhava e o que ela achava que tinha que fazer. Isso acabou organizando o movimento dos clubes de mães. A Zona*

*Sul chegou a ter uns trezentos clubes de mães, na Leste uns duzentos. O movimento foi se estruturando e, a partir de 1975, entraram os sindicatos, as comunidades da Igreja e etc. Fomos ganhando as associações de bairro para participar do movimento contra a carestia. Em 1975, se fez uma assembleia de cinco mil pessoas, em que se aprovou um abaixo-assinado geral, reivindicando do Governo Federal o congelamento dos preços de primeira necessidade, um salário mínimo justo, a reforma agrária e a luta por creche para as mães poderem trabalhar. Eu fui uma das coordenadoras do movimento, que durou até 1981. Os maridos das mulheres que participavam dos clubes de mães começaram a levar os abaixo-assinados para dentro das fábricas do ABC, de Santo Amaro, do Tatuapé e, na hora do almoço, eles se reuniam para discutir o abaixo-assinado e, logo depois, dessa discussão começou a preparação das greves”.*

Seu Agripino também participou do movimento contra a Carestia:

*“A principal reivindicação que tinha na época era contra a carestia. Nós fizemos campanha de rua contra o aumento do pão, ônibus, leite e de tudo que subia o preço fora do*



*normal. Nós estávamos sempre presentes com o trabalho comunitário procurando servir ao povo, procurando fazer com que o povo se alertasse, de que nós tínhamos direitos e que se era com o dinheiro do povo que faziam as coisas erradas e já que era com o dinheiro dos nossos impostos, nós tínhamos o direito de reivindicar”.*

Ademir Ferreira Torres nasceu em 1954, em Recife, e começou a participar da luta em 1973, na favela do Coque, reivindicando melhorias para o bairro e pela legalização das terras. Ele fala das dificuldades de se organizar o movimento naquele período.

*“Era muito difícil por conta da repressão que era muito violenta, não tinha como a comunidade participar abertamente. A participação era através de escolas, nas festas de São João, então a gente conseguia aglutinar mais as pessoas para passar informação. Mas era muito ruim, porque a gente vivia um momento muito perigoso, não dava para fazer manifestação e nem ato abertamente”.*

O movimento contra a carestia mobilizou milhares de pessoas no País e recolheu 1 milhão e trezentas mil assinaturas em um abaixo-assinado contra o aumento do custo de vida. Ana Martins conta que uma comissão foi levar as assinaturas para o Presidente da República, em Brasília. Ao chegarem lá, foram recebidos na mira das baionetas da ditadura:

*“Nós fomos à Brasília em 1978, vinte e uma pessoas, algumas delas estão vivas ainda. Tem a Zenilda no meu bairro, Benedito, eu, a Conceição, a Neide... Fomos à Brasília levar o abaixo-assinado, e lá nós conseguimos entender bem mais profundamente o que era a ditadura. Não conseguimos entregar as assinaturas para o Presidente, nós tivemos que protocolar,*

*pacote por pacote e com as baionetas na nossa frente, desfilando na nossa frente do Palácio da Alvorada. E entrava pessoa por pessoa e protocolava o seu pacote. Depois, fomos para o Congresso Nacional, falamos com o presidente do Senado, com o presidente da Câmara. Os deputados amigos diziam — olha, eles (os militares) estão tremendo, tremendo com vinte e uma pessoas. — E, eles desfilavam armados na nossa frente pondo medo em nós. Na volta, houve grandes assembleias, em São Miguel, Santo Amaro, Campo Limpo, várias regiões de São Paulo. Nelas, a gente contava o que era a ditadura. Porque o povo via o movimento estudantil nas ruas contra a ditadura, mas não entendia bem o que era ditadura não. Aí, nós conseguimos explicar que era um governo distante do povo, que não permitia a participação do povo, que não recebeu essa comissão de vinte e uma pessoas. Foi então que nós politizamos mais o movimento e as associações de bairro”.*

Antonia dos Santos Garcia começou sua participação no interior da Bahia, integrando a Juventude Agrária Católica — JAC. Foi parteira da cidade de Cabaceira e lá participou da organização comunitária local. Depois foi para Salvador onde consolidou sua atuação. Com sua formação marxista, ela lembra que naquela época a compreensão que toda a esquerda tinha era a de que o operário era o grande transformador da história.

*“Então, os movimentos de bairro, mulheres e negros não eram sujeitos naquela época, não eram compreendidos assim. E nós fomos organizar os trabalhadores. O que ocorreu, é que a própria demanda do bairro Plataforma — que nasceu como um bairro operário a partir da indústria têxtil, no entorno da fábrica — era muito grande. As mulheres tinham a demanda da creche e*



então começou a discussão: “não vamos fazer uma escola que está faltando uma pré-escola”. E passamos do lado da escola profissional fazer esse trabalho comunitário mesmo. Muito a partir de um problema da escola, que eram poucas as escolas públicas do primário. E uma das escolas teve problemas de ameaça de cair etc. O poder público não resolvia o problema, e as mulheres então se mobilizaram. A partir disso começamos a ter educação, trabalhar creche, escola, etc., juntar as mulheres, e aí, com muita animação, criamos a associação de mulheres, que resultou na associação de moradores”.

Antonia conta como era a organização e como era feito o debate sobre as questões políticas naquela época:

“Nós nos organizávamos muito em comissões. A gente sempre tinha a preocupação de discutir o Brasil, não só o bairro de Plataforma. O bairro de Plataforma é uma parte do Brasil. Então, a gente precisava discutir isso de uma maneira mais ampla, para transformar a sociedade, para buscar uma sociedade igualitária para homens e mulheres, negros e brancos, jovens, todos os seguimentos”.

João da Cruz, que nasceu no Maranhão e depois mudou-se para Fortaleza, onde tornou-se uma grande liderança comunitária, reforça o papel que a Igreja e algumas organizações partidárias tiveram na articulação do movimento social, em particular comunitário, durante os anos 70.

“Nós estávamos na plenitude da ditadura militar, e aí duas formas de organizações sociais trabalharam na perspectiva de articular o que existisse em termo de resistência: de um lado a Igreja Católica e do outro lado os partidos que estavam na clandestinidade, que eram a maioria. Estes encontraram em um partido que era legal — no caso o MDB, posteriormente o PMDB — o amparo institucional para que os militantes

e dirigentes que não podiam — através de seus partidos — fazerem alguma ação de articular as atividades, os pleitos do movimento popular, do movimento sindical e etc, ali encontrassem um espaço político partidário para ir avançando com objetivo de possibilitar que fosse rompendo por dentro aquelas estruturas que tanto mal fizeram ao país e ao povo”.

Ele lembra, como era difícil reivindicar do poder público melhorias para a comunidade:

“Havia momentos de confronto, nós éramos recebidos em muitas ocasiões por cacete, fuzis, metralhadoras e cães nada amestrados. Se de um lado havia a repressão institucionalizada, do outro lado, é importante que se diga, que à medida que o movimento popular e o movimento sindical iam trabalhando articuladamente a relação empresa — fábrica — moradia, as melhorias iam acontecendo, nós íamos acumulando forças juntamente com o movimento estudantil, secundarista e universitário, e posteriormente os movimentos mais específicos.

Dilcéia Quintela, liderança do movimento comunitário no Rio de Janeiro, iniciou sua militância indignada com as carências sociais.

“No nosso bairro existiam duas Associações de Moradores da década de 50 que foram fechadas pela ditadura e suas lideranças perseguidas. Eu achava aquilo tudo um absurdo. Como que pessoas que lutavam para melhorar o bairro eram perseguidas, taxadas de subversivas. O que eu e outros companheiros fizemos foi reorganizar esse movimento pós golpe. Já em abril de 1973 criamos o Conselho Comunitário da Região, onde reuníamos as duas associações e mais a Igreja Católica, Batista, Assembleia de Deus, pais de alunos das escola municipal e desenvolvemos as lutas pelo saneamento, saúde, transporte, educação, sinal de trânsito”.





## Década de 1980

### REDEMOCRATIZAÇÃO, CRIAÇÃO DA CONAM E CONQUISTAS

No final dos anos 1970 início dos anos 1980, o desgaste da ditadura militar já era enorme. A sociedade exigia o fim da repressão e o reestabelecimento da democracia, dos direitos humanos e da liberdade. Os movimentos sociais – de trabalhadores, estudantes e comunitário – retomavam sua organização, realizando ações cada vez mais expressivas para denunciar a repressão. O ápice desse movimento foi a campanha pelas “Diretas Já!”, que mobilizou milhões de brasileiros em todo o País. Apesar da derrota da emenda Dante de Oliveira, em março de 1984 – que previa que as próximas eleições se dessem pelo voto direto – os dias do regime ditatorial estavam contados. No colégio eleitoral, que se realizou em janeiro de 1985 para escolha do novo Presidente da República, os aliados da ditadura foram derrotados pela candidatura de Tancredo Neves, primeiro presidente civil desde o golpe de 1964.

Foi nesse processo de intensa mobilização social do início dos anos 1980 que surgiu a Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM. As lideranças e ativistas das sociedades amigos de bairro SAB's, associações de moradores, federações estaduais organizadas

em todo o País durante os anos anteriores, se reuniram em 1982 em um congresso para fundar a CONAM. Realizado com muitas dificuldades de infraestrutura, em São Paulo, reuniu mais de 2.700 delegados e elegeu uma diretoria provisória.

No ano seguinte, em 1984, o 2º Congresso, um pouco mais estruturado, como conta Ana Martins, aprimorou os estatutos da nova entidade e elegeu uma diretoria para cumprir o mandato.

Waldemar Almeida de Oliveira participou do 1º Congresso e lembra que naquele momento o movimento comunitário estava em ascensão.

*“Naquela época, na década de 80, a participação era muito boa. Chegamos a ter mais de 400 entidades filiadas a FABS (Federação das Associações de Bairro de Salvador) e as entidades eram envolvidas nas coordenações de transporte, saúde, educação e outras. Cada companheiro tinha responsabilidade e as assembleias eram muito representativas e a população participava”.*

Contudo, lembra Waldemar, o início das políticas assistenciais, como a distribuição das cestas básicas, pode ter sido um fator de desarticulação do movimento.

*“Mas vieram as entregas de cestas básicas e isto*



*fragilizou, porque as pessoas foram perdendo o foco da luta, já recebiam sem lutar, mal sabiam que estas doações fariam delas reféns”.*

Valdo Pereira de Sousa lembra como o crescimento do Brasil e o surgimento de novas cidades influenciou na luta comunitária.

*“Nós atravessamos um problema muito difícil aqui, quando houve a divisão do estado do Mato Grosso, com a criação do Mato Grosso do Sul. Campo Grande tornou-se a capital e vieram pessoas de diversos municípios do estado e de outros estados em busca de melhorias, de recursos. Todos acabaram frustrados, porque o estado não estava preparado para receber tanta gente. Sem ter onde morar, essas pessoas acabaram entrando nas áreas insalubres, gerando assim um grande número de favelas e criando problemas de toda natureza: violência, problemas de saúde, enfim. Uma série de problemas que aconteceram e os movimentos sentiram-se na obrigação de se organizar, de sensibilizar o poder público da necessidade da criação de órgão para cuidar especificamente dessas famílias que estavam morando aí nas áreas insalubres, nas beiras de córrego, nas áreas de praças, em área sem regularização, onde os problemas aconteciam de toda natureza”.*

Para Paulo Augusto dos Santos, o Paulão, liderança popular de Belo Horizonte, as reivindicações específicas do movimento (por saneamento básico, habitação, transporte, educação, saúde) acabam se somando à luta pela democracia e liberdade.

*“Fazíamos a organização do povo e investimento na construção de novas lideranças. No mais era tática, era estratégia que surgia em cima dos problemas que existiam. Fazíamos a criação e organização do movimento. Nós fomos os pioneiros a trabalhar o movimento comunitário aqui na região, inclusive a primeira associação que nós tínhamos, era uma entidade municipal e chamava-se Associação da Zona I este, que foi o instrumento de luta e de enfrentamento*

*dos problemas aqui. A partir dessa associação a gente foi mapeando mais lideranças e foi trabalhando na perspectiva de organizar mais associações, vale dizer da importância de uma associação de vilas e favelas que era a UTP – União dos Trabalhadores de Periferia de Belo Horizonte, que deu grandes contribuições pra que a gente pudesse trabalhar, pudesse avançar”.*

Dessa luta, ele enumera o que considera tenham sido as principais conquistas:

*“A consolidação do SUS, a emancipação democrática, a gente ter rompido com a ditadura militar, a gente ter tido a oportunidade de retomar o processo de eleições em todos os âmbitos, o surgimento dos conselhos populares, são inúmeras conquistas... a gente pode falar do código sanitário, inúmeras outras proposições, avanços na educação, na cultura”.*

Francimar Pereira da Silva Santos, a Franci, começou sua participação no movimento comunitário em 1982, em Macapá. Atualmente, ela é prefeita do município Serra do Navio – AP. Ela lembra que naquela época, a falta de transporte, água e saúde foram às necessidades que a levaram à luta.

*“Creio que o papel que cumpri para a construção do movimento foi ter participado da articulação que fundou o movimento comunitário amapaense. Lembro que representei o Amapá no 2º congresso da CONAM, o que me incentivou ainda mais na luta. A gente se organizava nas associações de moradores e núcleos de bases e cobrávamos as melhorias do governo e suas autarquias. Negociávamos as conquistas com os secretários de governo, mas, sempre tinha mobilização em frente ao palácio do governador, caminhadas pelas ruas e muita denúncia no jornal e rádio. Dentre as maiores conquistas eu destaco a chegada da água ao bairro Santa Inês e a abertura de cantinas de venda de alimentos nos bairros populares”.*

Augusto dos Santos Semente também



começou sua atuação neste período, em Pernambuco.

*“Comecei atuando como sócio da associação e travando as lutas. Depois a gente assumiu a diretoria. Tinha várias lutas gerais, tinha uma área rural e os moradores eram ameaçados de expulsão e a gente teve essa luta em defesa da permanência dos moradores. Eu lembro que na Constituinte de 86 nós encaminhamos proposta da associação, fizemos uma reunião e tiramos algumas deliberações para contribuir no processo da Constituinte, participamos de várias atividades, várias caminhadas pra Brasília, lutas que foram promovidas pela CONAM, marcha contra a miséria, campanha das diretas, greve geral contra o governo Sarney. A partir de um dos congressos da CONAM surgiu a ideia de criar a UNACOMO, que é a União das Associações e Conselhos de Moradores de Olinda.”*

Elson Moreira de Melo ressalta a expansão do movimento comunitário nos anos 1980:

*“O movimento popular começa a tomar um novo rumo após o período da ditadura militar. Grande parte das associações de moradores surgiu após a ditadura militar, porque era pequena a organização comunitária. Nós temos a CONAM, que é de 82 e que viveu naquele caldeirão da ditadura militar. O grande “bum” mesmo para o desenvolvimento e criação das entidades locais é a partir de 85. Com o fim da ditadura militar começa um novo projeto nacional para o País. E aí as associações de moradores também tomam um grande fôlego. O programa do leite – que foi no governo do Sarney – serviu de alguma forma pra desenvolver os trabalhos nas comunidades. Porque quando o cidadão, a família, vinha para receber o leite, nós fazíamos palestras, levávamos profissionais de diversas ordens, para que explicassem porque estavam existindo algumas situações no Brasil e porque era interessante a participação da comunidade nestes assuntos. A nossa associação defendia que não deveríamos nós voltar para o assistencialismo, mas que através de uma conquista do programa do leite era*

*possível se aproximar da comunidade. Então eu acho que a partir 86 e 87, principalmente no estado do Amazonas que começam a surgir as associações com bastante força”.*

Antonia Garcia, da Bahia, destaca a participação da CONAM na Constituinte de 1988 como uma das principais conquistas de toda a trajetória do movimento comunitário até aquele momento:

*“O objetivo principal nosso era conquistar a democracia. Conquistamos a Constituinte. Tenho até hoje as fotos da CONAM e da Federação na Constituinte, dos congressos pra discutir todas as coisas. Esse foi um processo que tinha várias interlocuções, nos vários níveis, que ajudaram muito a dialogar para a conquista da democracia. Porque primeiro a gente enfrentou prefeitos, indicados pela ditadura, e nós brigamos muito para sermos ouvidos. E desse processo, temos registros, jornais, etc., Essa luta, termos derrotado a ditadura, todos os sujeitos sociais que se mobilizaram neste país, por isso é a coisa mais importante que a gente conseguiu. Para que na democracia, a gente pudesse construir um Estado que respondesse às reivindicações da população. Porque as outras lutas: a reivindicação do asfalto, da água, da luz, etc. vem no bojo desse processo, ela não está separada disso”.*

Dilcélia Quintela considera que a década de 80 foi a mais promissora do movimento.

*“Na década de 80, o movimento de Associação de Moradores viveu seu auge, inclusive organizativo. Foi a década dos grandes congressos da CONAM, grandes caravanas e assembleias com autoridades. No Rio de Janeiro foi eleito um governo mais popular e a força do movimento social fez com que alcançássemos algumas vitórias importantes. Criamos, após uma assembleia com mais de 5 mil pessoas, o Comitê Político de Saneamento da Baixada, responsável pelo mapeamento de toda a região”.*





## Década de 1990

### OS ANOS NEOLIBERAIS

Os anos 1990 foram marcados pela adoção da política neoliberal que reduziu o papel do Estado na economia e na oferta dos direitos básicos para o cidadão. Foi um período de muitas mobilizações, iniciadas com o Fora Collor!. Em seguida, vieram as grandes manifestações contra o neoliberalismo dos anos FHC.

Augusto Semente, diretor do Sindicato dos Contabilistas no Estado de Pernambuco e Coordenador do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, cujo objetivo é transformar uma área de 192hc de Mata Atlântica num Parque Natural, localizada em Recife, destaca a luta pelo Fora Collor! como um momento importante do movimento social.

*“Outra conquista que nós participamos foi do “Fora Collor”, bandeira aprovada nos congressos da CONAM. Foi também nestes congressos que se motivou a criação de varias federações e uniões municipais como a UNACOMO – União das Associações e Conselhos de Moradores de Olinda. Uma conquista importante do Movimento Comunitário foi a realização do Congresso da CONAM, no Rio de Janeiro, em 1989, onde foi rechaçada a ideia da criação da CONAM/BR estimulada pelo governo Sarney. O Movimento Comunitário rechaçou a ideia de se dividir. Os movimentos avançaram, houve a repressão, depois veio o governo Collor, depois o projeto neoliberal e aí as pessoas tiveram cada vez mais que correr atrás da sobrevivência e ficou mais difícil de mobilizar”.*

Eneida Canêdo, do Pará, lembra que o Grito da Moradia exigiu uma articulação com outros movimentos gerais de ação comunitária,



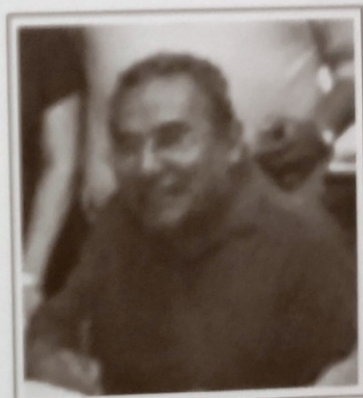
exercitando a luta específica local em conexão com a luta geral do País, tendo Brasília como centro das decisões políticas.

*“No ano de 1995, os recursos federais para os programas ligados ao setor habitacional, por exemplo, não foram liberados pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. As transformações ocorridas nas cidades, nas últimas décadas, aliadas à falta de políticas públicas, e/ou a ausência de ingerência dos governos, afetaram a vida de milhares de pessoas. Àquela altura, constatamos no Pará um alto déficit de moradia. Um conjunto de injustiças nos instigou a promover o Grito da Moradia. Realizamos reuniões locais para tratar a questão e, através da FEMECAM convidamos os moradores à concentração pública marcada para o dia 25 de julho de 1996, na Praça Batista Campos. De lá, em passeata, nos dirigimos à Superintendência Regional da CEF localizada no centro da cidade. Ao mesmo tempo, articulamos a presença do representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT no Conselho Curador do FGTS, mensageiro dos trabalhadores/as enriquecendo a reunião com importantes contribuições”.*

Gilberto Perroni, liderança comunitária da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do

Sul, começou a sua militância na década de 70, relembra a luta contra a Ditadura e o crescimento dos movimentos, na década de 1980, com a criação da CONAM e da Fundação Nacional pelos Direitos Humanos. Porém, aponta a década de 1990 como um importante período de resistência para o movimento comunitário.

*“No final dos anos 80, no governo Sarney, inventaram o tal tiquete de leite. Muitas Associações passaram a só fazer o repasse do leite e não mais fazer a luta. Muitas Associações foram criadas só para esse fim. A década de 1990 foi inteira assim que quase descaracterizou o movimento. Mas por conta da Conam e do 11 de abril, que ajudaram a impulsionar as lutas, o movimento se manteve em pé. Assim podemos ver as conquistas que obtivemos nos bairros Guajubira, Leopoldina, Parque dos Maias”.*



Gilberto Perroni



Eneida Canédo





## MOVIMENTO COMUNITÁRIO HOJE

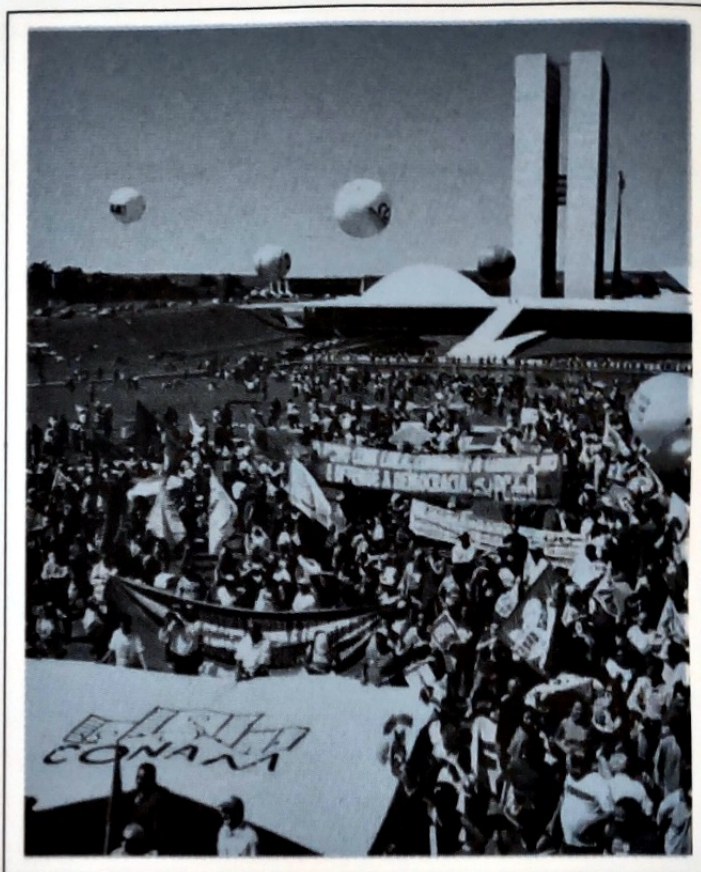
Na percepção destas lideranças históricas, o movimento comunitário perdeu um pouco do vigor e precisa retomar um período de mobilizações mais intenso.

Para seu Waldemar de Oliveira, 46 anos de luta comunitária:

*“Hoje não temos mais aquela condição de agregar o número de pessoas que agregávamos naquela época. Nós conseguimos reativar aquelas entidades mais históricas, mas não com a mesma força, mas foi aí que conseguimos criar a FAMEBS e creio que a nova gestão da FABS vai dar qualidade. Eu continuo acreditando na força das pessoas. Acho que a palavra de incentivo é perseverar, não se deixar abater, não desistir, nós temos essa luta pela conquista de melhorias para a população pobre e isto exige sacrifícios, exige abnegação e é isso que eu sugiro, que não desistam, que permaneçam na luta, hoje elas não correm mais o risco que nós corremos no período da ditadura, que aproveitem o clima de democracia, de liberdade, onde você pode reunir, reivindicar, hoje tem a condição positiva de poder falar e expressar o descontentamento”.*

Valdo de Souza, 30 anos de movimento comunitário:

*“Acho que o movimento avançou bastante com a criação do Ministério das Cidades, surgiram as conferências municipais, estaduais e a nacional e eu acho que hoje nós estamos assim com um saldo bastante positivo. Hoje as famílias saem de áreas insalubres e vão para uma moradia digna, que era um sonho nosso. O governo Lula trouxe cidadania através da habitação, trouxe*



*dignidade para as famílias do nosso país. Eu acho que a luta deve continuar, o movimento se organizou e conseguimos muitas conquistas, que foram de muito valor pra comunidade. Vamos continuar lutando, participando das conferências, participando das associações de moradores, vamos continuar fortalecendo a CONAMA.”*

Augusto Semente, de Pernambuco, diz que é preciso apostar na politização:

*“Não fazer o movimento pelo movimento, porque a essência dos nossos problemas, no meu modo de entender, a gente vive num regime do lucro, no regime do capital, então eu acho que essa luta serve pra elevar a auto-estima do povo e a gente trabalhar com essa perspectiva de ter uma nova sociedade. Você conquista o posto médico, a linha de ônibus, o calçamento, mas você não resolve todos os problemas porque hoje estamos no regime do capital e daí tem haver a grande união do povo, de todos os movimentos sociais e*



## MOVIMENTO COMUNITÁRIO HOJE

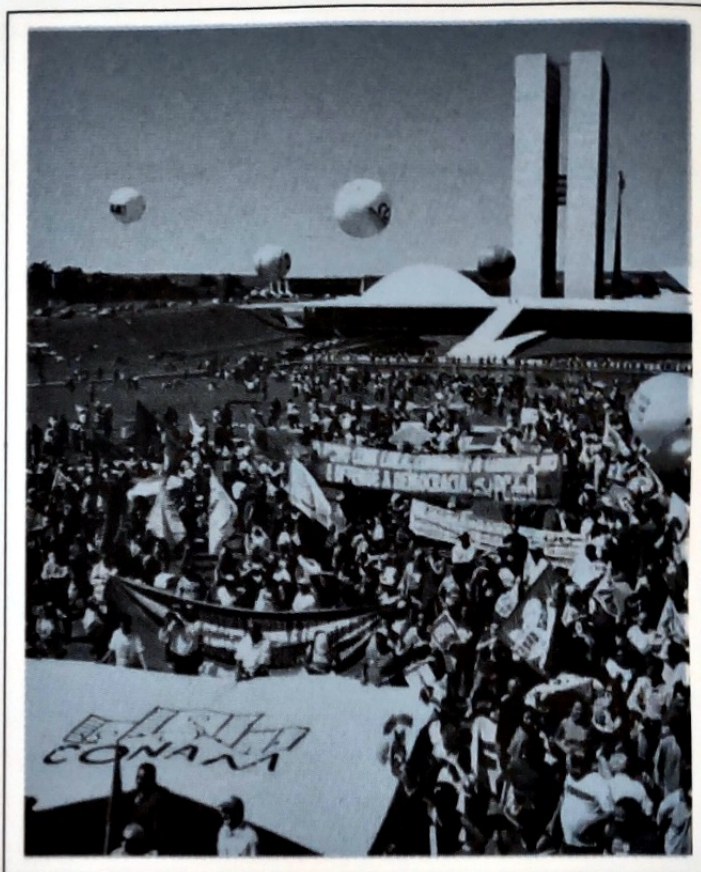
Na percepção destas lideranças históricas, o movimento comunitário perdeu um pouco do vigor e precisa retomar um período de mobilizações mais intenso.

Para seu Waldemar de Oliveira, 46 anos de luta comunitária:

*“Hoje não temos mais aquela condição de agregar o número de pessoas que agregávamos naquela época. Nós conseguimos reativar aquelas entidades mais históricas, mas não com a mesma força, mas foi aí que conseguimos criar a FAMEBS e creio que a nova gestão da FABS vai dar qualidade. Eu continuo acreditando na força das pessoas. Acho que a palavra de incentivo é perseverar, não se deixar abater, não desistir, nós temos essa luta pela conquista de melhorias para a população pobre e isto exige sacrifícios, exige abnegação e é isso que eu sugiro, que não desistam, que permaneçam na luta, hoje elas não correm mais o risco que nós corremos no período da ditadura, que aproveitem o clima de democracia, de liberdade, onde você pode reunir, reivindicar, hoje tem a condição positiva de poder falar e expressar o descontentamento”.*

Valdo de Souza, 30 anos de movimento comunitário:

*“Acho que o movimento avançou bastante com a criação do Ministério das Cidades, surgiram as conferências municipais, estaduais e a nacional e eu acho que hoje nós estamos assim com um saldo bastante positivo. Hoje as famílias saem de áreas insalubres e vão para uma moradia digna, que era um sonho nosso. O governo Lula trouxe cidadania através da habitação, trouxe*



*dignidade para as famílias do nosso país. Eu acho que a luta deve continuar, o movimento se organizou e conseguimos muitas conquistas, que foram de muito valor pra comunidade. Vamos continuar lutando, participando das conferências, participando das associações de moradores, vamos continuar fortalecendo a CONAMA.”*

Augusto Semente, de Pernambuco, diz que é preciso apostar na politização:

*“Não fazer o movimento pelo movimento, porque a essência dos nossos problemas, no meu modo de entender, a gente vive num regime do lucro, no regime do capital, então eu acho que essa luta serve pra elevar a auto-estima do povo e a gente trabalhar com essa perspectiva de ter uma nova sociedade. Você conquista o posto médico, a linha de ônibus, o calçamento, mas você não resolve todos os problemas porque hoje estamos no regime do capital e daí tem haver a grande união do povo, de todos os movimentos sociais e*



*essa juventude comunitária tem que fazer a luta nessa perspectiva, de uma nova sociedade que é a sociedade socialista”.*

Para Paulão, 49 anos de luta comunitária, os desafios da organização do movimento social diante da realidade de um país conduzido por governos comprometidos com as causas sociais são grandes.

*“Nós não podemos ceder, nós não podemos cruzar os braços, não podemos esperar que as coisas já venham prontas, só porque nós estamos em um patamar de 8 anos de governo Lula, que deu certo, com políticas muito positivas. Podia ser melhor se o movimento estivesse mais organizado, se o movimento tivesse cobrando mais, se o movimento tivesse dando as diretrizes, se o movimento tivesse propondo mais. Eu acho que os movimentos têm que se estruturar, fazer uma reflexão muito profunda, sobre o que nós queremos para o nosso país, o que nós queremos para as nossas comunidades, porque não podemos ficar esperando, aguardando que se faça por nós, queremos que façam conosco, nós queremos junto, nós queremos estar participando”.*

Para a liderança paraense Eneida Canêdo Guimarães dos Santos,

*“Atualmente há necessidade de fortalecer a organização local para o envolvimento das pessoas na formulação e controle social das políticas na cidade. Às vezes, as lideranças atuais se limitam a participação nos conselhos de controle social, isso é importante, mas não é tudo, os que representam têm que ouvir a opinião de seus representados, e, antes de tudo prestar contas da sua atuação. Por outro lado, à medida em que ocorreram mudanças importantes no País, capitaneadas pelos programas sociais do Presidente Lula, não podemos esquecer que a pressão popular*

*é fundamental para o Brasil seguir mudando com a Presidenta Dilma Rousseff. Ainda há muita carência nas cidades: de saneamento básico; o Sistema Único de Saúde – SUS precisa chegar a população; há necessidade de que as escolas públicas ofereçam uma educação de qualidade; ampliação de verbas para construção e funcionamento de creches equipamento que faz falta no país para que as crianças tenham qualidade de vida enquanto seus pais trabalham; e principalmente precisamos aprofundar a democracia nas entidades e na política no Brasil.”*

Como pudemos ver neste breve relato sobre a história do movimento comunitário, o que leva às pessoas à se incorporarem na luta é a indignação com as injustiças sociais, a falta de infraestrutura e condições dignas de vida para o povo. A luta pela igualdade, pela liberdade e pela democracia.

O movimento comunitário é fruto de uma longa trajetória de lutadores que atravessaram gerações se dedicando às causas populares. Muitas conquistas foram alcançadas, mas ainda há um caminho muito longo a trilhar.

Olhar para trás e ver o legado destas e de outras pessoas é uma lição e um estímulo para que a nossa luta tenha continuidade.

Para conhecer o depoimento – na íntegra - dos personagens deste livro e de outras lideranças do movimento comunitário acesse a página da CONAM na internet.





Ministério  
da Cultura

